

## Covênios com universidades podem levar a um novo conceito de polícia

ADEMAR VARGAS DE FREITAS

Jornalista

*A marca da violência persiste na cultura profissional dos policiais, mas o debate e a pesquisa podem mudar esse quadro, diz o diretor o IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

A discussão de novos modelos de polícia é fundamental para a democracia brasileira, e a sociedade precisa definir o que deseja para seu futuro, afirma o diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professor José Vicente Tavares dos Santos. Para isso, deve continuar com os convênios entre polícias e universidades e incentivar discussões como as que ocorreram durante o seminário nacional “O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia”, realizado nos dias 23 e 34 de agosto, no auditório do Hotel Embaixador, em Porto Alegre.

Esse encontro - a cuja abertura esteve presente a reitora Wrana Maria Panizzi - é resultado da colaboração de 14 universidades brasileiras, públicas e privadas, principalmente as públicas federais, com polícias militares e também com polícias civis de 14 estados brasileiros. De acordo com o professor Tavares, um marco dessa colaboração foi o convênio que a Fundação João Pinheiro e a Universidade Federal de Minas Gerais firmaram com a Polícia Militar de Minas Gerais no final da década de 80. Mas também houve experiências interessantes em diversos estados, como no Rio de Janeiro, no Ceará e no Espírito Santo.

Nesse quadro de busca e de construção de novos valores em polícia, o **Rio Grande do Sul** está muito bem localizado, segundo o professor. A colaboração com a UFRGS começou em 1992, e no ano seguinte já foi promovido o primeiro seminário nacional sobre violência, segurança e cidadania. Ao longo da década de 90, acumularam-se experiências principalmente centradas na formação de altos quadros da polícia militar e, em alguns casos, da polícia civil. Tavares diz que é preciso frisar que os professores da Universidade, em geral, substituíram oficiais **do** Exército neste parâmetro.

## SEMINÁRIO NACIONAL

Participaram **do** seminário nacional realizado em agosto cerca de 800 pessoas, a maioria policiais de diversos níveis hierárquicos. Elas assistiram às conferências e debates apresentadas por professores universitários, juristas, secretários de segurança e autoridades civis e militares de diversos estados brasileiros.

A conferência de abertura – “Crítica **do** Direito na Formação dos Policiais” – foi feita pelo jurista e professor da USP Dalmo Dallari, tendo como debatedor o diretor **do** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, professor José Vicente Tavares dos Santos, com a mediação **do** procurador geral **do** Estado **do Rio Grande do Sul**, Paulo Torelly.

Atuaram na mesa 1, com o tema “A Formação de Policiais para uma Sociedade Democrática”, Eduardo Machado, da Universidade Federal da Bahia; Luiz Flávio Saporì, da Fundação João Pinheiro (MG), César Barreira, da Universidade Federal **do** Ceará; Bernadete Cordeiro, **do** Ministério da Justiça; Naldson Costa, da Universidade Federal **do** Mato Grosso; Rubens Lira, da Universidade Federal de Pernambuco; e Lauro Magnago, secretário substituto de Segurança **do** RS.

Na mesa 2, com o tema “Perspectivas Contemporâneas para a Formação de Policiais”, atuaram Eugênia Raizler, da Universidade Federal **do** Espírito Santo; Reginete Bispo, da Secretaria de Justiça e Segurança **do** RS; Sérgio Adorno, da USP; Delmes Colombo, da Academia de Polícia Civil **do** RS; e Luiz Goulart Filho, ouvidor da Justiça e da Segurança (RS).

Fizeram parte da mesa 3, com a tema “Modelo de Polícias”, Benedito Mariano, ouvidor-geral **do** município de São Paulo; Paulo Mesquita Neto, da USP; Jorge Zaverucha, da Universidade Federal de Pernambuco; Luiz Antônio Brenner Guimarães, da Brigada Militar (RS); e José Clóvis Azevedo, da Universidade Estadual **do Rio Grande do Sul**.

Na mesa 4, o tema foi “Democratização **das** Instituições Policiais: Sistema de Informação e Transparência Social”, com Luiz Flávio Saporì (MG); Ignácio Cano, da UERJ; Martin Luís Gomes, SJS/RS); Juan Mariano Fandiño (UFRGS); e Marco Aurélio Pereira SJS/RS.

A mesa 5 teve como tema “Perspectivas para as Polícias Brasileiras”, com José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça; José Paulo Bisol, secretário de Justiça **do** RS; e Carlos Frederico Guazzelli. Também foram convidados: o juiz de direito Umberto Sudbrack; Luiz Alberto Warat, da UFSC; Ana Maria Serpa, da UFES; Cláudio Beato; e Julio Alejandro Jélves.

### **Modelos em ascensão:**

Dois grandes modelos de polícia estão em crise no mundo, segundo o professor Tavares: o modelo autoritário e o modelo profissional-tecnocrático. O primeiro é pautado pela violência, por atitudes discricionárias, pelo não-respeito aos direitos humanos e à vida. Há

denúncias no mundo todo, inclusive nos Estados Unidos. O segundo enfatiza uma polícia com eficiência e profissionalismo, mas voltada apenas para o combate ao crime.

No caso brasileiro – pelo menos no policiamento ostensivo, feito pelas polícias militares – o modelo profissional-tecnocrático está em crise porque 70% **do** trabalho é sobre conflitos domésticos, conflitos de vizinhança, conflitos na rua, conflitos sociais, e para esse tipo de ocorrência policial não basta um profissional preparado apenas para um rígido trabalho de repressão ao crime.

Mas, nem tudo está perdido. Enquanto alguns modelos entram em crise, outros entram em cena: o modelo de polícia comunitária e **do** modelo de polícia cidadã, que estão sendo desenvolvidos em diversos países. A polícia comunitária visa à prevenção da criminalidade e à mediação de conflitos. Tanto a polícia ostensiva quanto a polícia civil trabalham num bairro delimitado, onde os policiais são conhecidos dos moradores, dos comerciantes, **das** igrejas, **das** escolas, **das** associações, e têm um trabalho de reuniões com conselhos comunitários.

De acordo com Tavares, o modelo de polícia comunitária já está sendo implementado em cidades dos Estados Unidos, **do** Canadá, da França, da Espanha e mesmo aqui no **Rio Grande do Sul**. “É o caso da polícia civil nas cidades de Alegrete e Uruguaiana, e da polícia militar em Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias **do Sul** e Porto Alegre (Destacamento Especial **do** Partenon, Destacamento Especial da Restinga).”

O modelo de polícia cidadã incorpora, por um lado, o profissionalismo técnico – uso adequado de armas de fogo, atuação em situações de **grande** risco, como seqüestros e assaltos a banco – mas de modo a respeitar a vida, tanto a **do** policial quanto a **do** cidadão. E, por outro lado, assume a idéia de que o policial é um mediador de conflitos, e, portanto, um agente **do** direito de segurança **do** cidadão e da cidadã.

---

DALMO DALLARI

"Nem todos são contra o crime"

O jurista Dalmo Dallari, professor da Universidade de São Paulo, fez a palestra de abertura do seminário nacional “O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia”, na manhã do dia 23 de agosto, no auditório do Hotel Embaixador, em Porto Alegre. Logo após sua intervenção, cumprimentou as autoridades presentes e foi direto para o aeroporto Salgado Filho, onde embarcou de volta a São Paulo. No caminho entre o hotel e o aeroporto, conversou com o repórter Ademar Vargas de Freitas, do Jornal da Universidade.

Dallari destacou a importância que se dá ao direito no Rio Grande do Sul, dizendo que aqui “os conflitos normalmente acabam no judiciário, o que é muito melhor do que acabar num tiroteio”. Disse que a polícia é um órgão da administração pública destinado a dar proteção aos direitos e não a restringi-los; que sua atividade deve ser antes de tudo preventiva; que os policiais precisam conscientizar-se do valor social de seu trabalho e ter treinamento, equipamento, salário justo e reconhecimento do povo.

O jurista também criticou o dito popular que diz que os direitos de cada um terminam onde começam os direitos do outro (“É uma balela, os direitos se interpenetram e se exercitam na convivência”) e afirmou que o Brasil não é uma federação, pois é composto por oligarquias, como a dos Cavalcanti, em Pernambuco, e a dos Sarney, no Maranhão. Por fim, Dalmo Dallari chamou atenção para o fato de que existe a violência programada por grupos sociais privilegiados e que, portanto, nem todos são contra o crime.

Jornal da Universidade – Como o senhor vê a situação geral da polícia no Brasil?  
Dalmo Dallari – Antes de mais nada, as polícias estão mal orientadas, porque ainda são tratadas como se fossem o braço armado **das** elites. Além disso, estão mal aparelhadas. E aí há um componente político que é importante lembrar: os dominadores sempre acham que a polícia vai ser usada contra os outros, geralmente contra a população mais pobre. Então, não é importante que seja uma polícia bem orientada e até bem aparelhada. É uma polícia que chega e espanca, bate, reprime. E isso explica, inclusive, os baixos salários dos policiais. É considerado um serviço sujo, de categoria inferior.

JU – Qual seria a polícia ideal?

DD – A polícia ideal seria aquela que tivesse consciência de sua responsabilidade social, de que só deve agir dentro da lei. E, a par disso, bem organizada e bem treinada, mas para agir com a necessária firmeza, sempre respeitando a lei e tendo a consciência de que seu papel é proteger os direitos e não eliminar ou impedir os direitos.

JU – Como se pode encaminhar as coisas para chegar nesse ponto, um dia?

DD – Isso não se faz de um momento para outro, mas é através de seminários como o que está sendo realizado agora. É importante que haja divulgação **do** seminário, que outras universidades e outras organizações policiais **do** resto **do** Brasil saibam daquilo que está sendo feito aqui, para que não fique sendo apenas um evento gaúcho.

JU – Qual é o papel da universidade neste evento?

DD – O papel da universidade é muito importante, porque ela é um espaço livre, um espaço de reflexão e de crítica. Não é um órgão **do** governo e também não é a favor nem contra a polícia. É um órgão de estudo, reflexão e proposições. Acho que a universidade está numa posição privilegiada para se manifestar sobre o assunto.

JU – Na sua conferência, o senhor falou sobre as oligarquias que dominam **grande** parte **do** Brasil. Para dar outro rumo às polícias é preciso primeiro acabar com as oligarquias?

DD – O trabalho deve ser conjunto, porque a oligarquia resiste e não tem interesse na democratização da polícia. Mas, à medida que o povo for tomando consciência, for sendo informado, vai ficando mais difícil manter os privilégios da oligarquia. Então, é um trabalho político-social que deve caminhar paralelamente.

JU – O senhor afirmou também que reclamam que há preocupação com os direitos humanos, mas não se olha o lado **das** vítimas...

DD – Isso é uma questão importante que tem sido posta com muita frequência. Quando nós falamos a respeito da defesa dos direitos humanos, fomos acusados de defender os direitos humanos dos bandidos, dos criminosos, porque fomos contra a tortura, contra as ações ilegais. E muita gente fala isso, nos acusando de não dar importância às vítimas. Dizem que estamos esquecendo dos direitos humanos **das** vítimas. Eu tenho respondido que essa crítica é basicamente hipócrita, porque os que fazem a crítica são justamente os que produzem vítimas. São aqueles que, para a proteção de seus privilégios, mantêm situações injustas, mantêm a marginalização, mantêm discriminações, mantêm situações que favorecem a violência e a criminalidade, favorecem a produção de vítimas. O modo verdadeiro, autêntico, honesto de trabalhar pelas vítimas é evitar que elas se tornem vítimas, é trabalhar antes, é a ação preventiva, é a correção **das** injustiças. Isso sim. Quem trabalha nisso, trabalha a favor da vítima. Agora, aquele que ajuda a produzir a vítima e depois vai à missa em homenagem à memória da vítima é um **grande** hipócrita.

JU – O senhor também se referiu à violência programada. O que é isto?

DD – Violência programada é a violência econômico-social que está acontecendo hoje no Brasil. Para cumprir as metas **do** FMI, há uma produção de desemprego. Isto é um fator de marginalização. E, forçosamente, acaba sendo um fator de violência e criminalidade. Além

disso, existe uma exploração da violência e **do** medo da população por grupos que têm objetivos econômicos. Por exemplo: se essa violência é colocada na imprensa com destaque e constantemente, isso é ótimo para o vendedor de armas. Além disso, esse estímulo à vigilância está sendo ótimo para o vendedor de equipamento de vigilância, como essas câmeras que são colocadas até em banheiros de supermercados, o que é absolutamente inconstitucional. Mas também a colocação de vidros escuros no carro para evitar seqüestro deixam os vendedores de carros e de vidros escuros muito felizes. Para eles é ótimo que haja a violência e o medo. Também é muito importante não esquecer o extraordinário crescimento **das** organizações de segurança privada no Brasil. Na verdade, são muitos milhões de reais investidos em segurança privada. E, naturalmente, existem os donos **das** organizações de segurança. E entre esses donos existem muitos policiais. Este é um aspecto que também precisa ser percebido. Para que não haja ingenuidade de pensar que todos são contra a violência, que todos são contra o crime. Não são. Há aqueles que são aproveitadores e querem mais violência, mais criminalidade, porque isso dá mais lucro.

JU – Como o senhor analisa o caso da greve dos policiais militares da Bahia?

DD – O governo da Bahia se mostrou indignado porque os policiais fizeram greve de armas na mão. Mas foi esse mesmo governo que, nas comemorações dos 500 anos mandou a polícia bater nos pataxós, prender os pataxós, destruir o monumento que eles tinha erguido. Se a polícia recebe ordens **do** governo para agir contra a lei, para cometer violência, está sendo estimulada a indisciplina. Então, por que razão, ou com que lógica, mostrar surpresa se, pouco depois, o policial age fora da lei? Além da questão dos pataxós, neste ano mesmo a polícia da Bahia invadiu a Universidade, porque estudantes e professores estavam protestando pela falta de verbas. Pouco depois, essa mesma polícia faz greve de arma na mão. É a mesma lógica. Então, o governo, na verdade, está estimulando isso.

JU – É desejável a unificação **das** polícias militar e civil?

DD – A minha tese é que não se deve começar falando em unificação. Porque,

especialmente algumas polícias militares **do** Brasil têm uma tradição muito antiga. Têm os seus valores, os seus costumes, a sua afetividade. Então, o que eu proponho é que se procure a **integração das** polícias. Isto é, criar organismos em que as polícias trabalhem juntas. Eu sugiro que, na secretarias de segurança pública, exista uma autarquia correspondente à polícia civil e outra correspondente à polícia militar. E que haja um conselho superior **das** autarquias presidido pelo secretário de segurança. Desta maneira, os representantes de cada polícia estarão em contato constante, farão reuniões, trocarão informações, propostas, vão decidir sobre ações conjuntas, vão dialogar e adquirir o hábito de trabalhar junto, coisa que agora não existe. Desta maneira, será muito mais fácil, mais adiante, falar de uma unificação. Mas é preciso começar pela **integração**.

JU – O senhor é a favor da desmilitarização **das** polícias militares?

DD – Sim, eu proponho também a desmilitarização **das** polícias militares. O principal argumento que se usa a favor **do** caráter militar é que ele é necessário para a manutenção da disciplina e da hierarquia. Mas o que temos visto – especialmente agora nas greves **das** polícias militares – é que o fato de ser militar não garante nem a disciplina nem o respeito à hierarquia. O caso da Bahia é exemplar, porque se verificou a máxima indisciplina, inclusive policiais militares fazendo greve, que é proibida pela Constituição, levando suas armas nas manifestações de rua. E não se percebeu a presença da oficialidade, a presença de qualquer comando. Onde é que estava a hierarquia? Simplesmente, não estava. Então, de fato, é uma fantasia dizer que é melhor que a polícia seja militar porque preserva esses dois valores. Além **do** que, tanto a disciplina quanto a hierarquia estão presentes em todas as organizações, inclusive nas organizações policiais civis. Sempre há a exigência de disciplina e a necessidade de hierarquia. Então, não vejo razão para a manutenção **do** caráter militar e vejo mesmo uma contradição: a ação de polícia é uma ação de cidadãos para cidadãos, não é de um exército contra inimigos. Então, não se justifica o caráter militar.

JU – Como deveria ser o treinamento **do** policial?

DD – O treinamento deveria ser, antes de mais nada, a partir da formação de uma mentalidade. Ele deve tomar consciência de que é um instrumento da sociedade destinado a agir em favor dela. Mas que é um garantidor de direitos: ele garante os direitos e as condições para o exercício dos direitos. A partir daí é que se deve pensar no tipo de organização policial, no tipo de treinamento, no tipo de equipamento. E, especialmente no caso de um país como o Brasil, com diferenças regionais tão acentuadas, é preciso pensar também na diferenciação de preparo, segundo as condições locais. Assim, o policial que vai trabalhar numa zona portuária será diferente **do** policial que vai trabalhar no meio da Amazônia. É preciso levar em conta essas peculiaridades.